

INSTALAÇÃO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 04/02/2013 A 23/12/2013)

Às 17 horas do dia 4 de fevereiro de 2013, reuniu-se o Congresso Nacional, em Sessão Solene, destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa; a Exm^a. Sr^a. Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o 1º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Deputado André Vargas; o 2º Vice-Presidente, Exmo. Senador Romero Jucá; o 1º Secretário, Exmo. Sr. Deputado Márcio Bittar; a 2ª Secretária, Exm^a. Sr^a. Senadora Angela Portela; e o 4º Secretário, Exmo. Sr. Senador João Vicente Claudino.

Aberta a sessão e instalados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional pela Banda de Fuzileiros Navais. A seguir, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, convidou a Exm^a. Sr^a. Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr^a. Gleisi Hoffmann, para fazer a entrega da Mensagem do Poder Executivo, que foi lida pelo Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Márcio Bittar. Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, recebeu do Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, a Mensagem do Poder Judiciário. O Presidente Renan Calheiros registra a presença dos Ministros Ideli Salvatti, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Wellington Moreira Franco e Luiza Bairros; do Comandante do 7º Distrito Naval, Exmo. Sr. Vice-Almirante José Carlos Mathias; do Exmo. Sr. General de Exército Sinclair Mayer; e do Exmo. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Eduardo de Moura Azevedo.

Usou da palavra o Sr. Ministro Joaquim Barbosa, em nome do Supremo Tribunal Federal. Em seguida, usou da palavra o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros:

“O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Recebo, com muita satisfação, das mãos do Exmo. Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Mensagem do Poder Judiciário.

Cabem-me, como Presidente do Congresso Nacional, algumas poucas palavras.

Exm^a. Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a quem parabeno pela vitória brilhante, pela expressiva votação; Exmo. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, em nome de quem, com muita satisfação, faço uma oportuna e merecida homenagem ao Poder Judiciário; Sras. e Srs. Ministros – Ministra Ideli Salvatti, Ministro Garibaldi Alves Filho, Ministro Edison Lobão, Ministro Wellington Moreira Franco, Ministra Luiza Bairros –; Comandante do 7º Distrito Naval, Exmo. Sr. Vice-Almirante José Carlos Mathias; Exmo. Sr. General de Exército Sinclair Mayer; Exmo. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Eduardo de Moura Azevedo; senhores líderes partidários; senhores presidentes nacionais dos partidos – eu gostaria de a todos cumprimentar, cumprimentando o amigo querido Valdir Raupp, Presidente Nacional do PMDB –; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; senhores membros da Mesa do Congresso Nacional; demais autoridades; minhas senhoras; meus senhores, é com satisfação e boas expectativas que tenho a honra de reabrir os trabalhos do Congresso Nacional. Inaugurando esta 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, eu gostaria de destacar alguns dos temas que julgo extremamente importantes para o País.

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr^a. Ministra Gleisi Hoffmann, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ainda que alguns estejam ansiosos para precipitar 2014, é importante sublinhar que temos uma agenda de votações prementes para o Brasil.

Além da questão federativa envolvendo o Fundo de Participação, o indexador das dívidas públicas, o ICMS e a partilha dos royalties, o Congresso deve ao País duas reformas que podem garantir nosso futuro e assento entre as grandes nações. Eu me refiro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, à reforma tributária e à reforma política, temas sempre tão candentes, que mais do que nunca merecem prioridade absoluta.

Com essa união anunciada pelo Presidente da Câmara, Henrique Alves, é chegada a hora de concretizarmos essas duas importantes reformas. Não é hora, portanto, de falar em eleição, mas sim, como disse o Presidente Henrique Alves, de falar em união.

A reforma política, com financiamento público e exclusivo de campanha, entre outras inovações, proporcionará mais estabilidade, com reflexos imediatos na economia interna. Não creio que haja diagnóstico divergente quanto à necessidade de agregarmos as reformas à agenda de desenvolvimento que facilite o ambiente de negócios no Brasil.

Vamos levar adiante a votação das reformas microeconômicas, como detalhei em meu discurso de posse na última sexta-feira. Elas são imprescindíveis para o País.

O que iremos discutir aqui nos próximos meses são propostas e soluções para um crescimento sustentável, igualitário e justo.

O Congresso Nacional, com o debate democrático e com a qualidade de seus quadros, saberá apontar as vias mais serenas para manter o Brasil no trilho do desenvolvimento. Ele é formado por homens públicos que têm exata consciência sobre seus deveres e responsabilidades com o País e que saberão dar sua melhor contribuição na busca do bem-estar coletivo.

Estou certo de que nossa conduta estará pautada, como sempre foi, pelo bem comum e pelo patriotismo, na busca de igualar as oportunidades, continuando a distribuir renda e minimizando a pobreza.

Sr^a. Ministra, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, boa parte da evolução da economia brasileira se deveu ao fortalecimento do mercado interno. O aumento do consumo derivou do poder de compra do salário mínimo, da expansão da massa salarial e das políticas compensatórias de renda, como o Bolsa Família, do qual tive a honra modesta de ser o Relator no Senado Federal.

Tive ainda a oportunidade, quando Presidente do Senado, de criar uma comissão para o salário mínimo, para recuperar o poder de compra do salário mínimo, que colaborou com a fixação do modelo de reposição da inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB).

O Congresso Nacional vem sugerindo e aprovando propostas concretas para diminuir a vulnerabilidade brasileira. Não basta indicar que o Parlamento é imprescindível para a democracia. Nosso dever é sempre revelar o que o Parlamento faz. Por isso, relevem uma sucinta relação que vou tentar, nestes poucos momentos, citar.

Aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Falências, vários marcos regulatórios e a Lei Geral de Micros e Pequenas Empresas, que formalizou empregos. Aprovamos também as PPPs, que já foram regulamentadas e devem sair do papel, e a desoneração da produção, com a diminuição de impostos.

Votamos ainda a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, a súmula vinculante, a Lei da Repercussão Geral, o Fundeb, o Super Simples, o microcrédito, a simplificação da Previdência, que agilizou todos os procedimentos, inclusive aposentadorias, e, mais recentemente, o fim da guerra dos portos, o Funpresp e o Regime Diferenciado de Contratações, para agilizar as obras da Copa do Mundo, das Olimpíadas, do PAC, da saúde e da educação.

Também deliberamos sobre a redução das tarifas elétricas e a prorrogação das concessões, o cadastro positivo, o incremento do mercado de crédito através do aporte de mais de 200 bilhões ao BNDES e a Lei da Ficha Limpa.

No Senado, aprovamos a emenda constitucional de partilha do ICMS no comércio eletrônico, os avanços no combate à lavagem de dinheiro e a interdição de estabelecimentos envolvidos em falsificação de produtos.

Foram iniciativas que representaram agilidade diante das crises, economia para os cofres públicos, racionalização, mais empregos, maior arrecadação, renda e estabilidade econômica.

Por qual motivo, portanto, o inconfiável Brasil, com sua débil economia de outrora, reúne, ao lado de outras nações, as melhores condições de recuperação?

Fizemos – é a resposta – nosso dever de casa ao longo dos últimos anos graças à maturidade e seriedade do País. É justo, necessário e imperioso destacar a responsabilidade do Parlamento brasileiro, que, ao longo dos anos, aprovou ou desenvolveu vacinas contra a epidemia econômica global.

Economias que adotaram a responsabilidade fiscal, a disciplina e a austeridade ao longo dos tempos criaram bases econômicas bem sólidas e estão obtendo os melhores desempenhos em face da tormenta atual no cenário externo.

Entendo que o principal desafio é manter o nível de emprego e de renda que tem sustentado o consumo interno. Este é o dado macroeconômico realmente importante e o que o cidadão compreende no seu cotidiano. Nesse aspecto, devemos envidar todos os esforços para avançar na formalização da economia paralela, que movimenta perto de 18% de toda a produção do País.

Senhoras e senhores, os Poderes independentes e seus integrantes estão ajudando a conformar um Brasil muito melhor.

Tenho respeito e plena confiança na maturidade insubstituível de todos para contribuir com providências que a circunstância vem impondo.

Não podemos, não devemos nem temos como admitir a redução da potencialidade do País, nem comprometer as futuras gerações com os erros políticos ou pretensões prematuras. A lógica do “quanto pior, melhor”, tenho certeza, está sepultada. A união de todos pelo bem comum é um compromisso, sim, de todos os brasileiros.

Para além das medidas anticrise, que já vêm sendo adotadas, nós do Parlamento devemos avançar, como eu disse inicialmente, nas reformas.

Nessa interação, cada um deve assumir o papel que lhe foi conferido pela sociedade. A missão de todos nós é trabalhar muito para atenuar os efeitos da crise e deixar as miudezas para os pequenos. Estes são, Srs. Senadores e Srs. Deputados, os novos tempos, e eles não acolhem disputas intempestivas e intrigas dispersivas.

Diante das incertezas recorrentes, considero prudente que o debate presidencial, tema, como disse e repito agora, absolutamente extemporâneo, seja congelado.

Mesmo que estejamos em situação de menor vulnerabilidade, é necessária uma fiscalização permanente para não perdermos as conquistas da economia dos últimos anos, que beneficiaram especialmente os mais pobres no Brasil.

Vivemos num ambiente distinto de outras crises e de outras nações. Não enfrentamos uma onda de falências e de quebraadeiras, não há movimentos para aumentar tributos, não há pânico, temos alternativas concretas, e não há hegemonia de nenhum grupo político no Brasil. Pelo contrário, existe um saudável equilíbrio que vem sendo ditado pelos brasileiros, pressupostos da união e de democracias fortes como a do nosso País.

Mais do que esperança, Srs. Senadores, Srs. Deputados, tenho a convicção de que a civilidade e o patriotismo dos agentes envolvidos na solução de nossos problemas irão prosseguir.

Afinal, a disritmia do capitalismo não é apocalíptica, mas assusta e cobra uma nova ordem que sempre é consequência, como eu disse antes, de uma construção coletiva.

Acostumada a um vai e vem na economia, onde um ano era ruim e outro ano era pior, a sociedade brasileira ignorava a sensação de estabilidade, e, por isso, a população brasileira é, hoje, a mais otimista do continente.

Apesar das inquietações internacionais, as projeções para o Brasil são confortáveis. É lícito, portanto, mantermos o otimismo.

A inflação está domada, mas estamos atentos. Os juros estão baixando, e o crédito – inclusive, o imobiliário – vem aumentando, com estabilidade nos níveis de inadimplência.

O emprego, a massa salarial e os ganhos reais do salário mínimo continuam em expansão, robustecendo o mercado interno. Essa conjugação diminui ainda mais a vulnerabilidade do Brasil.

Agora, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é hora de avançarmos, para que o Brasil se torne o País amigo e mais fácil para o investimento externo. Com as reformas, como falei, inclusive as microeconômicas, seremos insubstituíveis como destino preferencial dos investidores internacionais.

Exm^a. Ministra Senadora Gleisi Hoffmann, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, Ministros e demais autoridades, internamente, temos também nossas obrigações. Reitero aqui os eixos para revigorar o Parlamento e aproximá-lo ainda mais da sociedade brasileira: austeridade e eficiência, controle social com transparência absoluta, continuidade das reformas e defesa do nosso modelo democrático contra qualquer insinuação que pretenda restringir a liberdade de expressão no Brasil.

Repito, Srs. Senadores e Srs. Deputados, a liberdade de manifestação do pensamento, além do direito natural do homem, é premissa das demais liberdades.

Senhoras e senhores, gostaria de comunicar que já nesta semana pretendo fazer uma reunião de trabalho com o Presidente Henrique Eduardo Alves, a fim de pontualmente avançarmos na solução de três males que estão atrofiando o Parlamento: as medidas provisórias, a aprovação e execução orçamentária, além da apreciação dos vetos presidenciais.

As recentes eleições vêm demonstrando que o bem-estar é a grande expectativa nacional. Nesse aspecto, é oportuno salientar o trabalho de inclusão social que vem sendo aprofundado pela Presidente Dilma Rousseff no combate à miséria absoluta no Brasil.

Depois de reconquistarmos os mais elementares princípios democráticos, como direitos individuais, coletivos e o estado de direito, precisamos alcançar outros avanços: a justiça social e a igualdade de oportunidades, sem os quais nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito. Democracia, Srs. Deputados e Srs. Senadores, não é só direito ao voto, democracia não é só o direito de ir e vir, é também igualdade de oportunidades e justiça social.

O Congresso que resgatou esses valores que vêm ajudando o Brasil a crescer empenhará suas melhores energias no intuito de conquistar a almejada democracia social. Unidos, com as bênçãos de Deus, haveremos de preparar um Brasil melhor para as futuras gerações.

Muito obrigado a todos.”

A sessão encerrou-se às 18 horas e 56 minutos.